

MEMÓRIAS APRISIONADAS

SEGURANÇA PÚBLICA

Erros do IPPS não podem se repetir nas novas estruturas

Alto índice de reincidência e lotação dos presídios desafiam modelo de encarceramento

LÊDA GONÇALVES
Repórter

Ok. O Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS) foi desativado como "ícone" da degeneração do sistema penal cearense. E agora? O que fazer para não só modernizar novas estruturas, mas, principalmente, mudar o modelo? A equipe do *Diário do Nordeste*, formada por Lêda Gonçalves e Erilene Firmino e os repórteres fotográficos Eduardo Queiroz, Kid Júnior e José Leomar, foi ao IPPS, discutiu o quadro do sistema carcerário e traz, nesta matéria que encerra a série de reportagem, muitas perguntas que ainda insistem em serem feitas.

O que refletir se a nova Penitenciária Francisco Hélio Viana de Araújo, em Pacatuba, inaugurada em 2011 e considerada a mais moderna unidade prisional em funcionamento no Estado já enfrenta superlotação, além de registrar rebelião, em 2012? Ali, a capacidade é para 525 presos e já somava, em dezembro do ano passado, 729, com excedente de 38,9%. Em igual situação se encontram as penitenciárias industriais regionais do Cariri e de Sobral, as duas com efetivos de quase 11% a mais.

O que pensar se as cadeias públicas contabilizam 106,8% a mais de detentos do que suas capacidades? Sem falar nas Casas de Privação Provisória de Liberdade. Todas lotadas. Não podemos mais reproduzir "IPPSs", defendem Defensoria Pública, Ministério Público do Estado (MPE) e Ordem dos Advogados do Brasil no Ceará (OAB-CE).

Transferência

"Não dá apenas para mudar de endereço", assevera o promotor da 2ª Vara de Execuções Penais do Ministério Público do Estado (MPE), Leonardo Moraes. "Não é apenas inaugurar presídios. É preciso investimento na educação/ressocialização dos encarcerados, como também políticas de apoio às famílias. Até porque o índice de reincidência é alto".

Segundo o Ministério da Justiça, de cada dez pessoas que cometem crimes e saem da cadeia após cumprirem a pena, oito retornam ao cárcere por terem reincidido, isto é, voltaram a praticar delitos. E o pior, avalia o promotor, na maioria das vezes, os últimos crimes são mais graves que os primeiros. O Ceará acompanha os índices do País.

O supervisor do Núcleo de Assistência aos Presos Provisórios e

às Vítimas de Violência (Nuapp) e defensor público, Bruno Gonçalves Neves, afirma que a situação carcerária do Ceará não difere da dos demais estados. Para ele, é inegável que há uma população carcerária acima da capacidade dos estabelecimentos penais. O gargalo, aponta, está no encarceramento de presos provisórios. "Mais de 65% dos presos do Estado do Ceará são provisórios. Ou seja, uma quantidade imensa de pessoas permanece presa sem o pronunciamento final do Poder Judiciário", diz.

A simples construção de presídios, por si só, não irá minimizar a superlotação. Deve-se, indica ele, mudar a política de encarceramento em massa. "Não podemos mais admitir pessoas presas por furtos de uma toalha ou R\$1,10, quando temos outros crimes mais graves e complexos sendo cometidos sem qualquer resposta por parte do Estado".

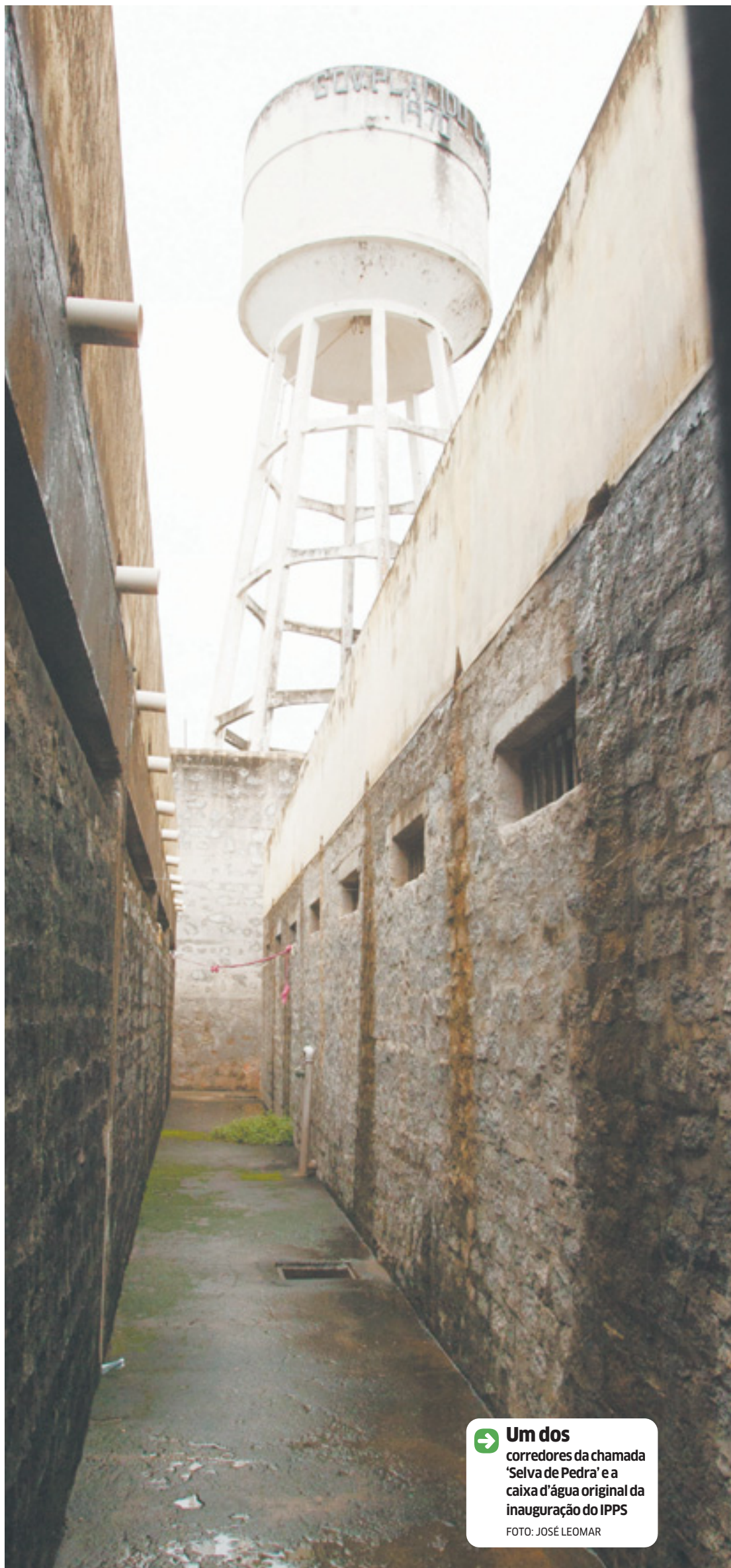
Bruno Neves defende que o problema de segurança pública deve ser discutido de forma integrada com educação, saúde, lazer, reurbanização de bairros periféricos e com o sistema penal.

A Comissão de Direito Penitenciário da OAB-CE, após inspeções em presídios, cadeias públicas e casas de privação, reconhece o esforço do governo no sentido de ampliar vagas e em projetos sociais. No entanto, afirma o presidente, o advogado Márcio Vítor, as ações ainda não são suficientes. "A constatação é de um quadro de superlotação onde está sendo desafiada a Lei de Execução Penal. Como o caos é de todo o sistema penitenciário brasileiro, a OAB nacional, juntamente com as seccionais nos Estados, irá impetrar ações civis públicas para construção de novas unidades, bem como interdição daqueles presídios onde o quadro for mais grave", garante.

Trabalho

A Secretaria da Justiça e Cidadania do Ceará (Sejus) informa, via assessoria de comunicação, que trabalha em duas frentes: construindo novas unidades para gerar mais vagas e na inclusão social com o intuito de prevenir os índices de reincidência.

Caso do assistido Sérgio Pinto Alves. Acusado de matar uma pessoa durante um briga, ela passou 11 anos recluso no IPPS. Em janeiro de 2013, foi encaminhado ao Polo de Inclusão Social, onde realizou o curso de bombeiro hidráulico. Atualmente, em regime semiaberto, trabalha na empresa Replante Paisagismo, onde tem recebido elogios. Casado e pai de três filhos, seu objetivo é reconstruir a vida em família e viver com dignidade. "Quer passar uma borracha em tudo que vivi na cadeia e aproveitar as coisas positivas", frisa.



→ Um dos corredores da chamada 'Selva de Pedra' e a caixa d'água original da inauguração do IPPS

FOTO: JOSÉ LEOMAR

ENTREVISTA
Mariana LoboTitular da Secretaria da
Justiça e Cidadania do Ceará

'Melhoria está nas medidas alternativas'

LÊDA GONÇALVES
Repórter

Quando o IPPS será demolido?

Não posso informar a data precisa, mas estamos com uma empresa encarregada de fazer um estudo de viabilidade técnica e econômica, se aqui é recomendável erguer o complexo com três unidades que estamos planejando para o local.

O IPPS foi desativado exatamente por não oferecer as mínimas condições de segurança para presos e agentes prisionais. As outras unidades, como cadeias públicas não enfrentam o mesmo dilema? Como resolver a superlotação?

Eu enfrento diariamente o "não pode isso, não pode aquilo". Estou amarrada a um código que organiza o Judiciário do Estado. Ele não permite que eu possa determinar a transferência de um detento de cadeia de Sobral, por exemplo, para a penitenciária de lá, onde tenha apenas 4% de excedente, sem a autorização tanto do juiz onde está a cadeia quanto o de Sobral, e isso não acontece. No entanto, quando assumi, a situação era bem pior.

Como assim?

Cheguei com o compromisso pessoal de desativar não só o IPPS como o Amanari e o IPPO1. Conseguimos realizar em três anos e meio. Agora, trabalhamos no sentido de uma triagem mais rígida para separar presos que ainda aguardam julgamento dos que já foram sentenciados. Os provisórios representam 67% da população carcerária do Estado.

A questão dos agentes prisionais do Estado também é complicada. O que fazer?

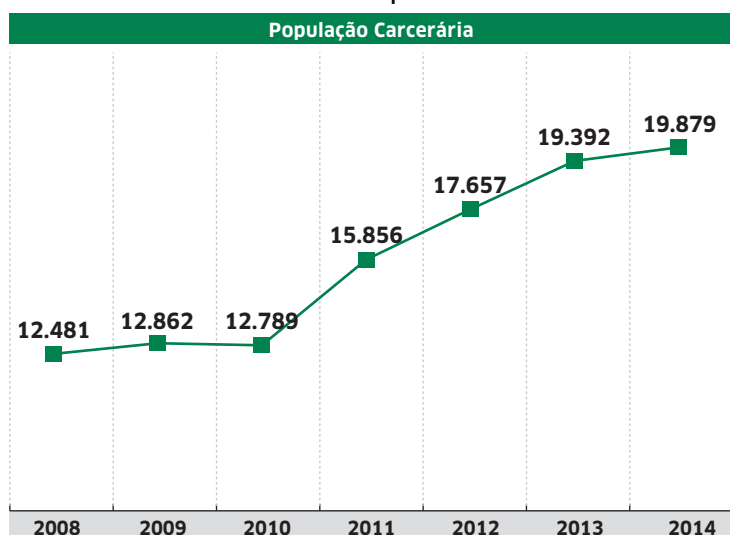
Claro que o ideal seria termos 2,5 mil agentes, no entanto, não podemos esquecer que o efetivo dobrou, o Estado tinha, em 2006, 640 profissionais da área, hoje, temos 1,6 mil, sendo que 800 novos foram nomeados em menos de um ano. A ideia é ampliar esse número aproveitando o cadastro de reserva do último concurso.

O Estado constrói mais presídios. Essa é a solução?

Claro que não. A melhoria do sistema não pode mais passar pela cultura do encarceramento. Está, sim, na aplicação de medidas alternativas, no aumento da oferta para a qualificação dos presos e de atividades produtivas e opções de trabalho para quem sair do regime fechado para o semiaberto.

CEARÁ

Dados sobre as prisões



FONTE: SECRETARIA DE JUSTIÇA DO CEARÁ (SEJUS)

População Carcerária	Capacidade	Total Dez/2013	Excedente(%)
Casa de Privação Provisória de Liberdade Caucaia	900	1.047	16,3
Casa de Privação Provisória de Liberdade 1	900	1.098	22
Professor Clodoaldo Pinto (CPPL2)	952	1.203	26,4
Professor Jucá Neto (CPPL3)	952	1.281	34,6
Agente Elias Alves da Silva (CPPL4)	936	1.242	32,7
Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa	374	482	28,9
Instituto Penal Professor Olavo Oliveira 2	492	684	39
Penitenciária Francisco Hélio Viana de Araújo - Pacatuba	525	729	38,9
Penitenciária Industrial Regional do Cariri	549	607	10,6
Penitenciária Industrial Regional de Sobral	500	537	7,4
Cadeias Públicas Masculinas	3.082	6.573	-
Cadeias Públicas Femininas	146	254	-
Total geral (masculino e feminino)	3.228	6.827	106,8